

A Geodiversidade como atratividade turística nos Parques Nacionais brasileiros e Parques Estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco

Geodiversity as a touristic attraction at the Brazilian National Parks and State Parks of Paraná and Pernambuco

Fernando César Manosso

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Francisco Beltrão
fmanosso@utfpr.edu.br

Jasmine Cardozo Moreira

Universidade Estadual de Ponta Grossa
jasminecardozo@gmail.com

Edvaldo Dias da Silva Junior

Doutorando em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco
edvaldo.dias19@gmail.com

Artigo recebido para revisão em 27/11/2013 e aceito para publicação em 09/03/2014

Resumo

A natureza constitui uma estrutura complexa de elementos físicos, químicos e biológicos que, combinados entre si, podem formar paisagens com elevado valor cênico, sobretudo em Unidades de Conservação. Tais paisagens atraem turistas que realizam diferentes atividades, ao buscar o conhecimento, o contato, a interação ou a interpretação da natureza. Considerando que os atrativos turísticos podem possuir um conteúdo principal que motiva a visitação, esse trabalho tem como objetivo analisar os atrativos existentes nos Parques Nacionais brasileiros e Parques Estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco e quantificar os atrativos a partir de uma classificação entre conteúdos associados a geodiversidade, a biodiversidade e aos aspectos históricos e culturais. Foram utilizados dados do Guia Philips de Parques Nacionais (2003) e os atrativos foram separados nas categorias citadas anteriormente. A metodologia englobou também visitas a algumas das UCs, levantamentos bibliográficos sobre turismo em áreas naturais, geodiversidade e geoturismo. Conclui-se que o principal conteúdo do atrativo ou o elemento principal da paisagem envolvida nas unidades de conservação avaliadas é destacado, em todas as regiões, pela geodiversidade como atração principal, seja por um motivo cênico, científico ou exótico.

Palavras-Chave: Geodiversidade, geoturismo, atratividade turística e parques nacionais.

Abstract

Nature is a complex structure of physical, chemical and biological aspects, which combined can form landscapes with high scenic value, especially in protected areas. Such landscapes attract tourists engaged in different activities, to seek knowledge, contact, interaction or interpretation of nature. Considering that the tourist attractions can have a key content that motivates the visitation, this study aims to analyze the existing attractions in the National Parks and State Parks of the Brazilian states of Paraná (South Region) and Pernambuco (Northeast Region) and quantify the attractive a classification of content associated with geodiversity, biodiversity and historical and cultural aspects. Data were utilized from the Philips National Parks Guide (2003), and the attractions were separated in the categories listed above. The methodology also encompassed visits to some of the Protected Areas, bibliographic surveys on tourism in natural areas, geodiversity and geotourism. It is concluded that geodiversity is the most common group of elements presented in the analyzed protected areas, with the exception of the State Parks of Pernambuco.

Keywords: Geodiversity, Geotourism, touristic attraction and National Parks.

1. INTRODUÇÃO

Considerando a forte segmentação do turismo na atualidade, é notório que as Unidades de Conservação brasileiras que estão abertas à visitação turística estejam sujeitas a abrigar diferentes práticas de observação, contemplação, contato e compreensão da natureza.

Essa natureza é percebida, sobretudo a partir da variedade e beleza cênica dos seus aspectos bióticos, entretanto, é importante destacar que a natureza toda a vida e também os diversos elementos abióticos constituintes, como rochas, clima, solos, relevo, hidrografia e demais processos que podem inclusive estar ativos, como o tectonismo e o vulcanismo.

Nesse sentido, destacam-se os segmentos do turismo realizados em Unidades de Conservação, e entre eles o geoturismo, o ecoturismo e o turismo de aventura.

Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei N° 9.985 (BRASIL, 2000), os Parques Nacionais objetivam a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Também possibilitam a pesquisa científica e a prática de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Como os parques nacionais, os parques estaduais também estão voltados à visitação turística, recreativa e interpretativa, quando possuem infraestrutura necessária e/ou estão abertos para uso público.

Objetiva-se aqui, apresentar os resultados de um levantamento de atrativos em Unidades de Conservação do tipo Parques Nacionais (em todo o Brasil) e Parques Estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco, no sentido de demonstrar o conteúdo principal expresso pela paisagem ou estrutura natural de cada atrativo, divididos em biodiversidade, geodiversidade ou histórico e cultural. O levantamento foi baseado no Guia Philips de Parques Nacionais, considerado referência para pesquisas e instituições de turismo no Brasil.

O trabalho avaliou 415 diferentes atrativos associados a diferentes Parques Nacionais e a partir das características informadas de cada atrativo pode-se perceber que o principal conteúdo do atrativo ou o elemento principal da paisagem envolvida é destacado, em todas as regiões, pela geodiversidade como atração principal. Com relação aos parques estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco, foram analisados 20 Parques Estaduais que juntos somam 47 atrativos principais .

Esse resultado é importante para subsidiar os trabalhos de planejamento de visitação pública voltado à educação e para o próprio manejo destas áreas, uma vez que o patrimônio natural a ser conservado inclui além dos aspectos da biodiversidade, os elementos abióticos que constituem a geodiversidade da paisagem.

2. GEODIVERSIDADE E O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

A geodiversidade é um termo que passa a evoluir, bem como a biodiversidade, a partir da Convenção da Biodiversidade realizada na Conferência Mundial Rio-92 (GRAY, 2008). Os componentes da geodiversidade bem como da biodiversidade, abrigam um valor funcional na natureza física e biológica e também apresentam um valor patrimonial, que está diretamente associado à história da Terra e da vida aqui existente (BRILHA, 2005).

Gray (2004) se refere à geodiversidade como a diversidade natural dos elementos geológicos e geomorfológicos incluindo os minerais, fósseis, solos, a paisagem e seus processos.

Uma das definições mais usuais da geodiversidade provém da *Royal Society for Nature Conservation* do Reino Unido, que considera a geodiversidade como “a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra” (RSNC, 2009).

Os elementos da geodiversidade podem apresentar diferentes valores, como o cultural, econômico, estético ou ainda educativo (GRAY, 2004).

Serrano e Ruiz-Flaño (2007), usam o termo geodiversidade para definir a variabilidade da natureza abiótica, incluindo os elementos litológicos, tectônicos, geomorfológicos, edáficos, hidrológicos, topográficos e os processos físicos da superfície terrestre, mares, oceanos, juntos aos processos naturais endógenos, exógenos e antrópicos que compreendem a diversidade de partículas, elementos e lugares.

Sabe-se que o turismo em áreas naturais vem crescendo cada vez mais, devido principalmente ao crescente interesse global por temas ambientais. O documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (MMA, 2006, p. 09) assegura que “nos últimos dez anos, diversos fatores indicam um crescimento expressivo da visitação em áreas naturais no Brasil e no mundo”. Essa busca pela natureza também é ressaltada por Pires (1998, p.12):

[...] profundo o interesse que a sociedade contemporânea tem pelo mundo natural, interesse esse que permeia o imaginário coletivo com o aceno do paraíso, particularmente nos países centrais do capitalismo ou em regiões intensamente urbanizadas de países periféricos, onde a ciência, a técnica e a informação definem espaços cotidianos altamente artificializados.

Deste modo, um dos segmentos que pode ser realizado em áreas naturais é o Ecoturismo, que na sua essência não é predatório, é um turismo sustentável.

Ceballos-Lascurain (1995, p. 26), um dos primeiros a conceituar o segmento, diz que:

o Ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico, como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável.

E dentre as muitas definições, Healy citado por Pires (1998, p.80) define o Ecoturismo como sendo o “turismo na natureza que contribui para a conservação através da geração de fundos para as áreas protegidas, criando oportunidades de trabalho para as comunidades locais oferecendo educação ambiental.” Desta forma, ao promover estes objetivos, os impactos negativos da degradação ambiental, instabilidade econômica e os impactos socioculturais podem ser minimizados.

Assim, embora existam várias definições de ecoturismo, as seguintes características devem estar sempre presentes, como:

1. A atividade tem lugar em áreas relativamente de menor antropização;
2. Os impactos negativos devem ser minimizados;
3. Deve existir uma contribuição direta para a conservação da área e do patrimônio cultural local;
4. Deve-se envolver as comunidades locais no processo, dando-lhes a oportunidade de se beneficiarem com o desenvolvimento;
5. Contribuir para um desenvolvimento sustentável da área;
6. Existir um componente de educação ou interpretação ambiental.

Para o governo brasileiro, o ecoturismo é uma atividade que se reveste de extrema importância, uma vez que vem ao encontro do esforço nacional de promoção do desenvolvimento econômico e social. Esta opinião oficial vem do reconhecimento do turismo como grande gerador de renda (EMBRATUR, 1994). Para o Ministério do Turismo (2010) “esse tipo de turismo vem apresentando um crescimento contínuo no mundo e o Brasil, com tamanha exuberância, apresenta-se como potencial destino de grande competitividade internacional”.

No entanto, para que o ecoturismo possa efetivamente constituir uma estrutura sólida, acessível e permanente, é preciso que esteja alicerçado de forma a acomodar adequadamente as peculiaridades de cada ecossistema e de cada traço da cultura popular brasileira. As variadas paisagens naturais brasileiras, de beleza e valor ecológico ímpares, fazem de nosso país um dos principais destinos para o ecoturismo. Para tanto, devemos planejar o turismo adequadamente. Ruschmann (1999. p. 24), diz que “(...) torna-se imprescindível estimular o desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo; se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometerá sua própria sobrevivência.” Desta forma, segundo Boullón (2000, p.45), para que um espaço natural cumpra com o requisito que se refere à sua qualidade ambiental, o mesmo deve satisfazer às seguintes condições:

- presença de uma área natural protegida;
- assegurar uma presença satisfatória ao visitante;
- atuação de um sistema administrativo eficiente;
- cumprir com o princípio da sustentabilidade.

Para um uso racional da natureza, por meio da atividade turística nos espaços naturais, são necessários estudos que identifiquem a capacidade de carga do patrimônio natural, sua variedade e sua qualidade.

Para atingir uma proposta mais harmoniosa do ecoturismo em relação à conservação ambiental, Ruschmann (1992, p.34) recomenda que os seguintes itens sejam priorizados:

- desenvolvimento do turismo de forma sustentável;
- determinação da capacidade de carga dos recursos naturais e das comunidades receptoras;
- zoneamento detalhado das potencialidades e limitações dos recursos naturais;
- educação ambiental dos turistas e das comunidades receptoras;
- realização de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e seus relatórios (RIMA);
- intensificação da fiscalização;
- capacitação dos recursos humanos, sempre que possível, integrando as populações locais.

Outro segmento popular praticado em áreas naturais é o turismo de aventura, onde a principal motivação do turista é a busca por experiências que trazem emoção e “adrenalina”, sobretudo em contato com a natureza. Para Goeldner et al. (2002) esta é uma forma de turismo através da qual a percepção (e muitas vezes a realidade) do risco elevado cria um apelo especial a certos segmentos do mercado turístico.

O Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2006). É considerado fator de atração de turistas estrangeiros e apresenta importância estratégica para o desenvolvimento do turismo no país, como fator de desenvolvimento social local e diferencial para estratégias de marketing em nível internacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005).

O Brasil surge com todas as condições de se estabelecer no cenário mundial como um destino de turismo de aventura, principalmente por suas áreas naturais e a sua geodiversidade, as empresas já estabelecidas, somadas à vontade do poder público. Desde o final de 2005, a atividade vem sendo ordenada e normalizada¹ no Brasil com o apoio da ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura². As normas técnicas servem como referência para a certificação de empresas e de profissionais na área com o objetivo de prevenir acidentes, estimular a prática com segurança, visando a expansão do segmento e a geração de emprego e renda.

As atividades de turismo de aventura, para a ABETA são aquelas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. Algumas dessas atividades

¹ A normalização é de caráter voluntário, ou seja, nenhuma empresa deve seguir por obrigatoriedade uma norma técnica.

² Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, representante nacional dos interesses das empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura do Brasil, com sede em Belo Horizonte - MG e filial em São Paulo-SP. Atualmente a entidade abrange 305 associados em 22 estados brasileiros.

de Turismo de Aventura muitas vezes chegam a confundir-se e mesclar-se com as atividades ecoturísticas, como é o caso do arborismo, caminhadas de longa duração (*trekking*) e caminhadas curtas (*hiking*). São praticadas principalmente em áreas naturais e a relação entre o Turismo de Aventura e o patrimônio geológico é muito próxima, pois atividades como rapel, canionismo, cachoeirismo, entre outras, são realizadas baseando-se no relevo. Portanto, são imprescindíveis meios interpretativos voltados para o patrimônio geológico, meios que também poderão ser utilizados em atividades voltadas para o ecoturismo e para o geoturismo (MOREIRA, 2011).

O geoturismo é um segmento que vem crescendo a cada ano, formando uma nova tendência em termos de turismo em áreas naturais. Pode ser uma estratégia para desenvolver economicamente uma região, gerar empregos e ser utilizado para educar os visitantes, estimulando a compreensão do ambiente por meio de sua interpretação (MOREIRA e BIGARELLA, 2009).

De qualquer modo, o geoturismo não pode ser encarado como uma forma de ecoturismo, e sim como um novo segmento, que é inclusive citado pela UNESCO³, sendo específico em suas potencialidades e objetivos.

Newsome e Dowling (2006) salientam que os elementos abióticos como rochas não despertam o mesmo interesse por parte das pessoas, comparados aos elementos bióticos como plantas e animais, devido a coloração, sons e interação, entretanto, entende-se que independente da qualidade estética dos elementos abióticos, os seus significados geocientíficos podem representar um potencial significativo para o uso turístico.

Certamente não podemos afirmar que alguns elementos abióticos e inanimados, muitas vezes desprovidos de qualquer apelo estético possam ter o mesmo potencial ou interesse para o turismo que a biodiversidade, entretanto, muitos monumentos ou atrativos de natureza abiótica são bastante reconhecidos pelo turismo, como chapadas, quedas d' água, montanhas, cavernas, etc.

Além das expressões abióticas da paisagem, como rochas, relevo, clima, solos, dentre outros que podem possuir características exóticas, bonitas, ou não, nessa mesma paisagem é possível encontrar culturas onde os seus costumes, valores, gastronomia, etc, podem estar diretamente associadas à geodiversidade local (MANOSSO, 2007).

A articulação entre geodiversidade, biodiversidade, história e cultura local não só aumenta o potencial geoturístico como também diversifica e complementa a oferta turística no território (RODRIGUES, 2008). Sousa e Nascimento (2005) enfatizam que o geoturismo é uma atividade que além de utilizar as feições geológicas como atrativo turístico, também busca assegurar a (geo) conservação e a sustentabilidade do local visitado. Sendo assim, esse é um segmento potencial para unidades de conservação, tanto sob o aspecto econômico como para a promoção da interpretação

³ No documento usado como referência para a criação de Geoparques "*Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network*", o geoturismo é citado, e na seção de auto-avaliação um dos itens é específico em relação ao geoturismo.

ambiental, popularização das geociências e para conservação do patrimônio geológico, geomorfológico ou ainda paleontológico e hidrológico (PIEKARZ et al., 2009).

Os segmentos aqui apresentados (ecoturismo, Turismo de aventura e geoturismo) são realizados em unidades de conservação e a atratividade turística promovida pelo conjunto de elementos da geodiversidade, e algumas vezes relacionada ao patrimônio geológico é fator primordial, visto que esses elementos acabam sendo relevantes como foco de atração e motivação turística no local.

Independentemente da segmentação, o turismo deve ser sustentável. Sisto (2003) afirma que a sustentabilidade, premissa do final do século XX e início do século XXI, foi convertida em um enunciado usual de políticos e pensadores, sendo que o turismo cobra um valor adicional, que é o de resguardar os seus atrativos, que propiciam a execução da atividade. Buckley (2006) afirma que mais provavelmente as pessoas viajam para ver belezas cênicas (vulcões, montanhas, cachoeiras, cavernas, gêiseres, glaciares, formações rochosas, cânions, entre outros), que são essencialmente geológicas.

Independentemente do que atrai os turistas, é importante que a área seja planejada. Assim, além do correto planejamento e manejo dessas áreas que são utilizadas turisticamente, é necessária a divulgação voltada para a difusão desses conhecimentos, pois o meio ambiente não pode ser visto como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis visando harmonizar o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a proteção de recursos naturais (MMA, 2005).

3. MÉTODOS

Como fonte de informação de quais pontos ou áreas são consideradas atrativos nas regiões limítrofes dos parques nacionais, utilizou-se o Guia Philips (edição de 2003) que reúne várias informações sobre cada Parque Nacional, seus atrativos, localização e tipo de conteúdo.

Obviamente, surgiram outros parques da mesma categoria no país após o ano de edição do guia supracitado, entretanto, não dispomos de um documento guia publicado, com os mesmos critérios e modo de apresentação do anterior, o que inviabiliza a avaliação por fontes diferentes.

O Guia Philips tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável. No Brasil a série possui versões em português, inglês e espanhol. Segundo a Philips (2003), os guias,

exploram em detalhes a biodiversidade brasileira, e estimulam a valorização e preservação do meio ambiente. A iniciativa conta com a parceria da Editora Horizonte Geográfico, Publifolha e IBAMA, na produção e distribuição.

100% da renda obtida com a venda dos guias é aplicada na produção e impressão de 21 Folhetos explicativos sobre os Parques Nacionais brasileiros. Esses folhetos mencionam os pontos básicos para realizar visitas conscientes e preservar as áreas. Mais de dois milhões de folhetos já

foram distribuídos aos visitantes dos parques de Aparados da Serra, Caparaó, Chapada dos Guimarães, Chapada dos Veadeiros, Fernando de Noronha, Itatiaia, Serra da Canastra, Serra da Capivara e Serra dos Órgãos, entre outros.

Os Guias tornaram-se referência para pesquisas e instituições de turismo. Deste modo, considerando que a atratividade turística dos parques nacionais e a grande maioria dos parques estaduais estão baseadas nos elementos da natureza, este trabalho procura verificar a frequência dos elementos ou conteúdo natural que compõe cada atrativo divulgado pelos meios de comunicação, neste caso, o Guia Philips.

Esses elementos naturais foram divididos em conteúdo físico, representado pela geodiversidade, conteúdo biológico, geralmente representado pela biodiversidade e conteúdo histórico e cultural, representados pelos aspectos sociais dos habitantes ou da paisagem em questão. Esse critério pode ser mais bem visualizado com o auxílio do Quadro 1.

Foram analisados 20 parques estaduais que juntos somam 47 atrativos principais e 47 parques nacionais e que foram avaliados conforme seu conteúdo principal pertencente a geodiversidade, biodiversidade ou histórico e cultural.

Quadro 1 - Principais elementos e a classificação do tipo de conteúdo dos atrativos avaliados.

Principais elementos encontrados	Conteúdos presentes nos atrativos			
	Geodiversidade	Biodiversidade	Geodiversidade e Biodiversidade	Histórico e Cultural
Cascatas				
Rios e corredeiras				
Rochas				
Morros, montanhas e Ladeiras				
Fósseis				
Praias				
Grutas/Cavernas				
Canyons				
Trilhas				
Aquários naturais				
Vida animal				
Campos				
Florestas				
Aldeias				
Pinturas Rupestres				
Fortes				
Museus				
Minas				
Manifestações folclóricas				

Durante o levantamento, o material expresso pelo guia serviu apenas para se identificar quais são os atrativos das unidades de conservação avaliadas e qual tipo de conteúdo ele expressa. Esse tipo de conteúdo foi classificado como exclusivamente da geodiversidade ou biodiversidade, misto entre biodiversidade e geodiversidade, e ainda um conteúdo histórico e cultural.

A partir dos critérios apresentados no Quadro 1, aplicou-se essa segmentação para os locais divulgados como atrativos turísticos. Essa avaliação foi aplicada a todos os parques nacionais brasileiros constantes no Guia Philips de Parques Nacionais (Quadro 2), pois estes além de promoverem a preservação dos recursos naturais, propiciam a visitação pública e para todos os atrativos divulgados dos parques estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco, que pertencem a mesma categoria de proteção pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Proteção Integral).

Quadro 2 - Listagem das unidades de conservação avaliadas e regiões geográficas em que se localizam.

PARQUES NACIONAIS	REGIÃO
PARNA CHAPADA DOS GUIMARÃES	Centro-Oeste
PARNA CHAPADA DOS VEADEIROS	
PARNA SERRA DA BODOQUENA	
PARNA DAS EMAS	
PARNA DE BRASÍLIA	
PARNA DO PANTANAL MATOGROSSENSE	
PARNA DA CHAPADA DIAMANTINA	Nordeste
PARNA DA SERRA DA CAPIVARA	
PARNA DA SERRA DAS CONFUSÕES	
PARNA DE JERICOACOARA	
PARNA DE SETE CIDADES	
PARNA DE UBAJARA	
PARNA DO CATIMBAU	
PARNA DO DESCOBRIMENTO	
PARNA DO MONTE PASCOAL	
PARNA DO PAU BRASIL	
PARNA DOS LENÇÓIS MARANHENSES	
PARNA MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA	
PARNA MARINHO DOS ABROLHOS	
PARNA DA AMAZÔNIA	
PARNA DA SERRA DO DIVISOR	
PARNA DE PACAÁS NOVOS	
PARNA DO ARAGUAIA	
PARNA DO CABO ORANGE	
PARNA DO JAÚ	
PARNA DO MONTE RORAIMA	
PARNA DO PICO DA NEBLINA	
PARNA SERRA DA MOCIDADE	
PARNA VIRUÁ	

PARNA CAVERNAS DO PERUAÇU	Sudeste
PARNA DA SERRA DA BOCAINA	
PARNA DA SERRA DA CANASTRA	
PARNA DA SERRA DA CIPÓ	
PARNA DA SERRA DOS ORGÃOS	
PARNA DA TIJUCA	
PARNA DE CAPARAO	
PARNA DE ITATIAIA	
PARNA GRANDE SERTÃO VEREDAS	
PARNA RESTINGA DE JURUBATIBA	
PARNA DA LAGOA DO PEIXE	Sul
PARNA DE APARADOS DA SERRA	
PARNA DE ILHA GRANDE	
PARNA DE SAINT-HILAIRE/LANGE (
PARNA DE SÃO JOAQUIM	
PARNA DO IGUAÇU	
PARNA DO SUPERAGUI	
PARNA DA SERRA GERAL	
PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ	
PE AMAPORÃ	Sul
PE CABEÇA DO CACHORRO	
PE DE CAMPINHOS	
PE SÃO CAMILO	
PE VILA VELHA	
PE GARTELÁ	
PE ILHA DO MEL	
PE MATA DOS GODOY	
PE RIO GUARANI	
PE DO PICO MARUMBI	
PE DO RIO DA ONÇA	
PE DA SERRA DA BAITACA	
PE DO MONGE	
PE DE VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO	
PE DO CERRADO	
PE DE PALMAS	
PE DAS LAURÁCEAS	
PE LAGO AZUL	
PE JÓAO PAULO II	
PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
PE DOIS IRMÃOS	Nordeste
PE MATA DE DUAS LAGOAS	
PE MATA DO ZUMBI	
PE MATA DA PIMENTEIRA	

Para os parques estaduais, elegeram-se apenas os Estados de Pernambuco e Paraná, como forma de amostragem e pelo fato de que os autores possuem maiores conhecimentos, inclusive de campo, desses locais. Nesse sentido, a pesquisa possibilita uma ampliação do estudo para outros Estados, de modo a estabelecer comparações.

Em paralelo, a avaliação esteve apoiada também no conhecimento prévio dos autores de alguns parques nacionais, seu tipo de conteúdo e atrativos principais.

Para o levantamento junto aos parques estaduais do Estado do Paraná utilizou-se como base de dados, documentos oficiais do governo, como folders, encartes, sites e guias sobre os parques divulgados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e/ou de Turismo. O levantamento dos atrativos dos parques estaduais do Estado de Pernambuco também se utilizou documentos e materiais informativos do governo estadual referente às unidades de conservação estaduais, além do conhecimento prévio *in loco* dos autores sobre grande parte das unidades de conservação dessa categoria nos Estados avaliados.

4. RESULTADOS

4.1 Conteúdo dos Parques Nacionais Brasileiros

A partir de visitas realizadas anteriormente e baseando-se no Guia Philips (2003), que reúne informações sobre todos os parques nacionais brasileiros, levantou-se quais os tipos de conteúdos que cada atrativo turístico listado no guia possui de acordo com uma classificação que divide aspectos da geodiversidade, biodiversidade e história ou cultura.

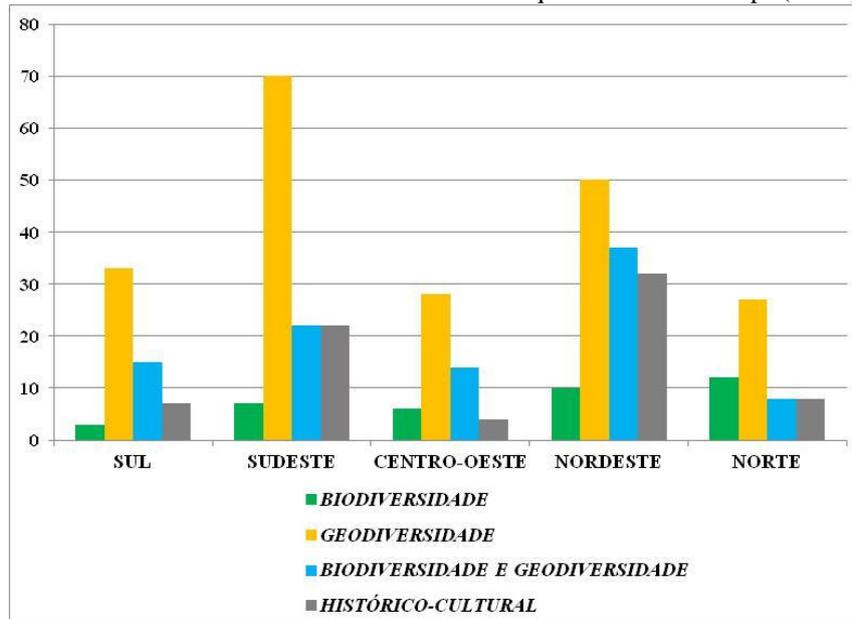
A Tabela 1 mostra o conteúdo principal do conjunto de atrativos dos Parques Nacionais avaliados por região do país.

Tabela 1 - Conteúdo principal do conjunto de atrativos junto aos Parques Nacionais por regiões do Brasil.

Conteúdo Principal	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE
Biodiversidade	3	7	6	10	12
Geodiversidade	33	70	28	50	27
Geodiversidade e Biodiversidade	15	22	14	37	8
Histórico e Cultural	7	22	4	32	8
Nº total de atrativos	58	121	52	129	55

Conforme a Tabela 1 e Gráfico 1, que mostram o levantamento de 47 Parques Nacionais (Quadro 2) e 415 diferentes atrativos associados às unidades de conservação pode-se perceber que o principal conteúdo do atrativo ou o elemento principal da paisagem envolvida é destacado, em todas as regiões, pela geodiversidade como atração principal.

Gráfico 1 - Frequência do tipo de conteúdo principal nas atrações dos Parques Nacionais brasileiros baseando-se no Guia de Parques Nacionais Philips (2003).



Atrativos que apresentam conteúdos divididos entre elementos da geodiversidade e biodiversidade também possuem elevada frequência, com exceção da região Norte do país, ecossistema amazônico, onde a biodiversidade tem uma expressão mais evidente, no entanto, ainda mais baixa que a frequência dos elementos da geodiversidade contida nos atrativos avaliados.

As Figuras 1, 2 e 3 ilustram uma amostra de importantes e conhecidos atrativos presentes no contexto de alguns parques nacionais que expressam, sobretudo aspectos cênicos, a partir da sua geodiversidade particular.



Figura 1 - Vista aérea do conjunto de quedas sobre o leito rochoso do rio Iguaçu, formadas a partir da sequência de derrames basálticos organizados em uma espécie de degraus, localizada no Parque Nacional do Iguaçu, Paraná. (Foto: dos autores)



Figura 2 - Cachoeira Véu da Noiva, atrativo do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, onde o relevo em chapada sobre rochas areníticas desenvolve importante apelo cênico da paisagem. (Foto: dos autores)



Figura 3 - Recorte da paisagem da costa rochosa do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que embora abrigue uma rica biodiversidade sob as suas águas, o apelo cênico explorado enquanto um atrativo turístico está baseado no conjunto de rochas vulcânicas expostas junto a um conjunto de praias que combinam elementos da geodiversidade local. (Foto: dos autores)

4.2 Conteúdo dos atrativos dos Parques Estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco

Do mesmo modo que para os parques nacionais, os parques estaduais do Estado do Paraná também apresentam um número maior de atrativos em que a geodiversidade (Figura 4) é o conteúdo principal expresso pela paisagem local. Nesse caso deve destacar-se a forte presença de formações rochosas, cachoeiras, cavernas e demais recursos hídricos, além de picos e serras.

Entretanto, muitos turistas aportam sobre a beleza cênica da paisagem natural, que naturalmente está constituída de elementos físicos abióticos e elementos bióticos, além de possíveis traços culturais e sociais, portanto, trata-se de um conjunto, mesmo com a geodiversidade mais evidente.

O Estado de Pernambuco possui apenas quatro parques estaduais (Quadro 2), três localizados na Região Metropolitana de Recife e um na região do semiárido. Os parques da região metropolitana foram criados com a intenção principal de promover a conservação dos resquícios de Mata Atlântica (Figura 5) ainda presentes na região. E o último, criado em 2010 para a proteção da vegetação de caatinga, sendo o único parque estadual de toda a região do sertão do Estado.

Além de objetivar a preservação da flora e fauna locais, esses parques também são importantes na promoção de atividades ecoturísticas junto à biodiversidade local.

Por meio dos dados levantados em documentos oficiais, principalmente elaborados pela CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco), foi possível analisar dentro das quatro unidades de conservação, oito pontos de forte interesse turístico, enquadrando-os em três categorias: biodiversidade, geodiversidade e aspectos históricos e culturais, conforme o Gráfico 2.



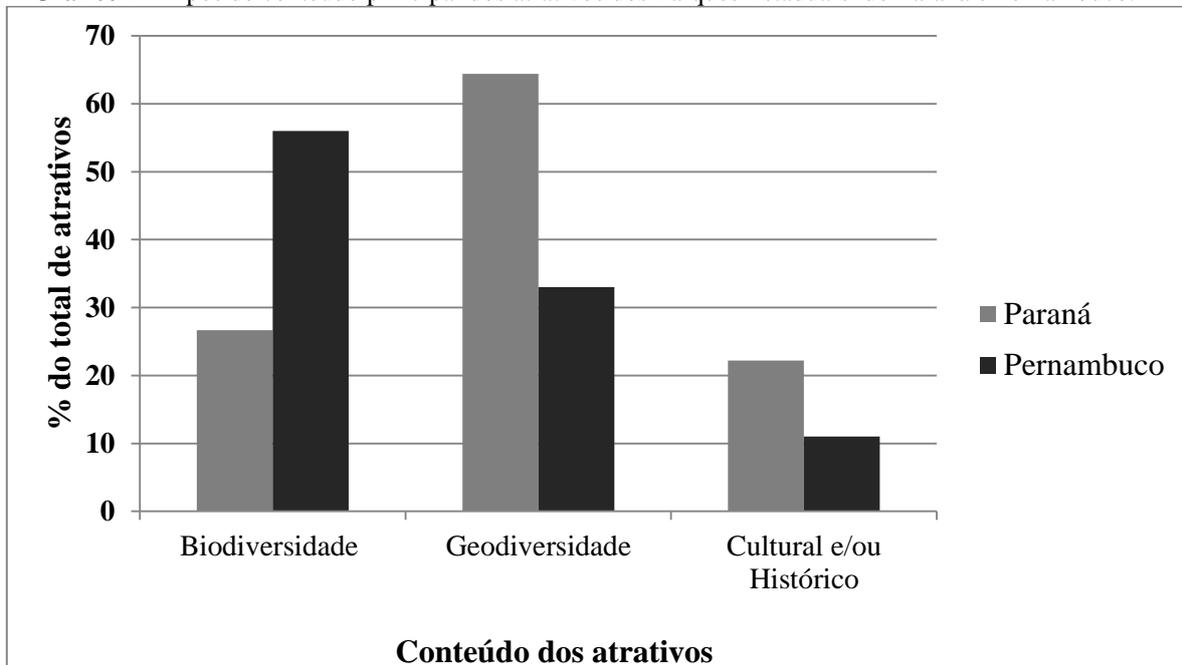
Figura 4 - Parque Estadual do Guartelá, localizado no estado do Paraná, onde o rio Iapó entalhou os frágeis arenitos da Formação Furnas, criando um vale bastante encaixado, com a fisionomia e estrutura de um Canion. Foto: dos autores.



Figura 5 - Vista do Parque Estadual Dois Irmãos, Pernambuco, que abriga importante resquício da zona da mata pernambucana.

Foto: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/parque-dois-irmaos/historico>

Gráfico 2 - Tipos de conteúdo principal dos atrativos dos Parques Estaduais do Paraná e Pernambuco.



Nos parques estaduais de Pernambuco, observou-se uma diferença em relação ao Estado do Paraná e aos parques nacionais, pois nas unidades avaliadas, grande parte dos atrativos possuem como conteúdo principal os elementos da biodiversidade, porém o número de parques estaduais presentes no Estado se comparado ao Paraná se torna muito incipiente, levando em consideração também que grande parte destas unidades está inserida no mesma região natural, a Zona da Mata pernambucana, o que não proporciona uma diversidade de paisagens a serem analisadas. Mesmo assim, a geodiversidade é representativa no contexto dos atrativos dos parques estaduais do estado de Pernambuco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados sobre os parques nacionais e parques estaduais do Estado do Paraná, verificou-se que os locais considerados e divulgados como atrativo recebem uma visitação motivada principalmente pelos aspectos da geodiversidade.

Diferentemente, as unidades de conservação avaliadas no Estado de Pernambuco demonstraram um conjunto de atrativos com conteúdos evidenciando os elementos da biodiversidade em detrimento da geodiversidade.

Um aspecto que não foi avaliado é o tipo de interpretação do conteúdo dos atrativos que aqueles parques dotados de infraestrutura para o uso público como trilhas, placas, painéis, folhetos, vídeos, etc, oferecem aos seus visitantes. Entretanto, sabemos que essa interpretação muitas vezes não contempla informações de ordem geológica, geomorfológica, paleontológica, pedológica ou hidrológica de atrativos que expressam exatamente o conteúdo físico da paisagem.

Essa estrutura física da paisagem é que dá suporte ao desenvolvimento da biodiversidade, oferecendo diferentes ambientes para que as interações e processos aconteçam.

Essa avaliação não pretende separar os elementos que compõem a natureza, mas sim fornecer subsídio para refletir sobre o mesmo nível de importância que se deve dar aos elementos bióticos, abióticos e histórico culturais em uma unidade de conservação, tanto para promoção da conservação como para atividades de interpretação, interação, educação e turismo junto à natureza.

Considerando que a visitação pública em unidades de conservação reflete uma busca de contato com a natureza por parte dos visitantes, os resultados deste trabalho mostram que, locais considerados atrativos pelos meios de comunicação, como o Guia Philips, apresentam uma evidência 'atrativa', associada ao conteúdo da geodiversidade local e não necessariamente à biodiversidade. Portanto, a natureza contemplada nos atrativos avaliados abriga um complexo de elementos e processos bióticos e abióticos (biodiversidade e geodiversidade) que devem ser entendidos em conjuntos, de modo que se possa propiciar a informação e conservação da natureza ou a diversidade natural como um todo.

6. REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. C. Ecoturismo : Intenciones y acciones. In: RODRÍGUES, A. B. (org.) **Turismo e ambiente : reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 44-48.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A conservação da Natureza na sua Vertente Geológica**. Braga: Palimage Editores. 2005. 183 p.

BUCKLEY, R. **Geotourism**. *Annals of Tourism Research*, Vol. 33, No. 2, p.583-585, 2006.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, ecotourism, and protected areas**. IUCN/ The World Conservation Union. Reino Unido, 1995.

EMBRATUR. Manual de Ecoturismo: **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e Ministério do Meio Ambiente, Brasília, Brasil, 1994.

GOELDNER, C. R; RITCHIE, J. R. B; MCINTOSH, R. W. **Turismo: Princípios, práticas e filosofias**. 8. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and conserving abiotic nature**. Londres: John Wiley & Sons Ltd., 2004. 434 p.

GRAY, M. Geodiversity: a new paradigm for valuing and conserving geoh heritage. **Series Geoscience Canada**. V. 35. N.2. 2008. P. 51-59.

MANOSSO, F. C. Geoturismo: uma proposta teórico-metodológica a partir de um estudo de caso no município de Apucarana-PR. **Caderno Virtual de Turismo**, V. 7, N. 2, 2007. p 47-56.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: Orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Nº 120, de 12 de Abril de 2006. Portaria que aprova o documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação”. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 abr. 2006.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=Áreas%20Protegidas> > Acesso em: 04 de Março de 2005, 12:30:56.

MOREIRA J.C, BIGARELLA J.J. O Parque Nacional do Iguaçu e atividades ligadas ao Geoturismo - Em busca de uma maior valorização do Patrimônio Geológico In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, **Anais...** do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 2009.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e Interpretação Ambiental**. Ponta Grossa: Editora da UEPG. 2011.

NEWSOME, D.; DOWLING, R. The scope and nature of geotourism. In: Dowling, R e Newsome, D.(edits.) **Geotourism**. Elsevier Butterworth Heinemann, Oxford, 2006. 260 p.

PHILIPS – **Sustentabilidade**. http://www.sustentabilidade.philips.com.br/guia_folhetos.htm. Consultado em: 01/03/2013.

PIEKARZ, G. F., MANOSSO, F. C.; LICCARDO, A. Geoturismo em Unidades de Conservação: Geoconservação e Geoturismo. **Anais...VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, Curitiba, 2009.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do Ecoturismo. **Turismo Visão E Ação**. Balneário Camboriú, v.1. n.1., p.75-91,1998.

RODRIGUES, J. de C. Geoturismo, uma abordagem emergente. In CARVALHO, C. N. de., RODRIGUES, J. e JACINTO, A. (Eds) **Geoturismo & Desenvolvimento Local**. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova - UNESCO European and Global Geopark, 2008, 309p.

RSNC – Royal Society for Nature Conservation. Online. Disponível em: <http://www.rscn.org.jo/orgsite/ContactUs/tabid/269/language/en-US/default.aspx>. Consultado em: 02-2009.

RUSCHMANN, D.V.D.M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. São Paulo: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, D.V.D.M. Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental. **Turismo em análise**, São Paulo. ECA-USP, v. 3 n.1, 1992.

SERRANO CAÑADAS, E.; RUIZ FLAÑO, P. Geodiversidad: concepto, evaluación y aplicación territorial. El caso de Tiernes Caracena (Soria). **Boletín de la A. G. E. N.** 2007. 45, p.79-98.

SISTO, P. Z. **Turismo sustentable: Es possible en Argentina?** Buenos Aires: Ediciones Turisticas, 2003. 352p.

SOUSA D.C.; NASCIMENTO M.A.L. Atividade de geoturismo no litoral de Icapuí/CE (NE do Brasil) e a necessidade de promover a preservação do patrimônio geológico. In: **Anais... SBG/Núcleo NE, Simp. Geol. do Nordeste**, 21, Recife, Boletim 19, 398- 402. 2005.